Senhor Senador/ Senhora Senadora

Ou

Senhor Deputado/Senhora Deputada

Nome (partido/sigla do estado)

Sou professor/professora da Universidade/Instituto Federal xxx e tenho observado com muita preocupação as propostas em discussão atualmente que têm como objetivo reduzir salários e retirar direitos dos servidores públicos. São medidas que não vão solucionar a crise provocada pela pandemia de coronavírus (Covid-19). Mais do que nunca, os servidores precisam ser valorizados. Afinal, nas mais diversas áreas de atuação, os servidores públicos estão na linha de frente do combate à doença.

Servidores Públicos são trabalhadores assalariados que exercem funções em atividades de extrema importância para a sociedade, como educação, saúde, segurança e gestão pública. Pagam, rigorosamente em dia, já que são tributados diretamente pela União, valores altos de Imposto de Renda, ao contrário dos bancos e agentes do mercado financeiro especulativo, que pouco ou nada pagam de IR sobre lucros, dividendos e pró-labores. Servidores pagam altas somas de contribuição à previdência, e inclusive os que recebem acima do teto do INSS contribuem sobre toda a sua remuneração, o que justifica terem aposentadorias acima do teto, ao contrário dos trabalhadores da iniciativa privada que têm o teto como limite de contribuição e proventos. Aliás, essa situação se aprofunda neste mês de abril com o aumento expressivo da contribuição previdenciária, por causa das novas alíquotas definidas na recente reforma da previdência. Por sinal, não custa lembrar, só contribuem acima do teto os servidores que ingressaram até 2013. Já há 7 anos ninguém que ingressou contribui ou se aposentará com provento acima do teto do INSS. E igualmente é bom relembrar que mesmo os aposentados e pensionistas do serviço público pagam previdência se recebem acima do teto, o que não existe na iniciativa privada. Acrescentamos ainda que os servidores públicos em geral recebem salários menores que os profissionais da iniciativa privada em funções com a mesma exigência de titulação.

No caso dos professores federais, 89% trabalham em regime de dedicação exclusiva e, portanto, não podem ter outras remunerações regulares e vivem só de seus salários. E como todos os brasileiros estão submetidos às restrições de isolamento social, somos impedidos, por força dos decretos de calamidade, de ir às Instituições encontrar nossos alunos em aulas presenciais, ainda que tenhamos que manter nossos projetos de pesquisa e extensão, fundamentais para a sociedade: lembremos que é nas Universidades e Institutos Federais que se faz a maior parte das pesquisas hoje tão em evidência, de combate a doenças e atenção aos mais vulneráveis. Mesmo com os rigores da quarentena, professores, técnicos e estudantes estão produzindo álcool gel, testes para coronavírus, atuando em programas de extensão de apoio às comunidades, desenvolvendo respiradores, entre tantas outras áreas de atuação na Ciência e na Tecnologia.

**Queremos destacar, no parecer do Senador Alcolumbre, o Inciso IX do artigo 8, que reforça o artigo 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal: a proposta é extremamente danosa à nossa carreira do Magistério Federal. Temos progressões a cada dois anos e já somos altamente prejudicados por enormes restrições por determinação da AGU, que nos obriga a permanecer dois anos num step para poder progredir; mesmo que tenhamos alcançado pontuação e, mesmo que tenhamos tempo pretérito para apresentar, temos de cumprir a permanência nesse step. Solicitamos que este Inciso seja suprimido, uma vez que a própria LDO prevê crescimento vegetativo da folha de pagamento por conta destas mudanças que, no caso das Universidades, são absorvidas dentro da matriz orçamentária. Este Inciso já fora apresentado no relatório do Dep. Pedro Paulo na Câmara e rejeitado naquela casa. Agora foi resgatado por meio de emenda da Senadora Rose de Freitas.**

Entendemos a gravidade do momento, mas a situação não será resolvida com a redução de salários e a capacidade de consumo dos servidores. Muito pelo contrário! Medidas assim podem mergulhar a sociedade em uma crise ainda mais profunda. É preciso que se busquem fontes de financiamento para o combate à Covid-19, mas não é do salário de pessoas que têm aí sua única fonte de renda e que continuam dedicando seu trabalho à sociedade. Várias alternativas têm sido discutidas: taxação das grandes fortunas, taxação de transações no mercado financeiro, excedente de fundos públicos, são algumas possibilidades e são as que se deve buscar, além de políticas de investimento público no desenvolvimento econômico para gerar renda e para que se assista os que mais necessitam.

Diante deste cenário, gostaríamos de pedir que os senhores e as senhoras parlamentares votem contra qualquer proposta de redução salarial e de cortes de benefícios dos servidores, que tanto têm se esforçado para ajudar a minimizar os impactos da Covid-19 no Brasil. O momento exige cautela. Contamos com o apoio de todos os parlamentares para garantir este equilíbrio.